

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.893 - MG (2019/0300879-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : CLAYTON DE JESUS SÃO BERNARDO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CLAYTON DE JESUS SÃO BERNARDO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.101868-8/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito no dia 18/05/2019, juntamente com outros, pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de drogas. Segundo a denúncia, os Acusados transportavam e traziam consigo (fls. 116-117):

"[...] 01 (uma) porção de maconha, do tamanho aproximado de um dado, com peso aproximado de 12,25 g (doze gramas e vinte e cinco centigramas), 01 (uma) porção de maconha, com tamanho aproximado de uma bola de golfe, pesando aproximadamente 15,37 g (quinze gramas e trinta e sete centigramas), 23 (vinte e três) porções de cocaína, pesando aproximadamente 18,29 g (dezoito gramas e vinte e nove centigramas), 10 (dez) papérolas de cocaína, pesando aproximadamente 5,75 g (cinco gramas e setenta e cinco centigramas), 06 (seis) porções de MDMA, pesando aproximadamente 3,23 g (três gramas e vinte e três centigramas), 04 (quatro) comprimidos de ecstasy/MDMA, pesando aproximadamente 2,29 g (dois gramas e vinte e nove centigramas), 01 (uma) porção de haxixe, pesando aproximadamente 0,65 g (sessenta e cinco gramas), 01 (uma) porção de maconha, pesando aproximadamente 0,51 g (cinquenta e um centigramas) e 10 (dez) micropontos de LSD, substâncias estas capazes de causar dependência química, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar."

Irresignada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões recursais, alega-se, em síntese, que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que o decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta-se, ainda, que o Recorrente é primário, possui bons antecedentes e residência fixa.

Argumenta-se, por fim, ser cabível a substituição da custódia por medidas cautelares diversas.

Requer-se, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Recorrente.

É o relatório. Decido.

Na hipótese dos autos, verifico, em juízo prelibatório, a existência de ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante do Recorrente em preventiva mediante os fundamentos a seguir transcritos (fls. 103-104):

"[...]

Os acautelados foram presos em flagrante, em princípio, por crime de tráfico de drogas, com laudos toxicológicos provisórios descritivos de diversas porções/pesagens de maconha e de cocaína fracionadas e embaladas sob a posse direta do acautelado Clayton de Jesus São Bernardo, além de dez comprimidos de ecstasy sob a posse direta de Lucas de Lima Goulart e de Marcelo de Lima Goulart, bem como dez porções de cocaína, dez comprimidos de ecstasy, assim como duas porções de maconha sob a posse direta do acautelado Henrique Rossi Baldoni Silva, a exemplo do que afirmado pela testemunha Allan Costa Ramos de Oliveira, enquanto condutor das prisão.

Não foram apresentados sequer indícios de que as drogas apreendidas se destinavam a consumo, pelo que o contexto fático em que apreendidas, já que os acautelados as possuíam fracionadas e embaladas, com destino a uma festa, importa convicção primária de que as suas destinações seriam para a traficância.

As medidas cautelares mostram-se, sem exceção e por agora, insuficientes para a finalidade à qual se prestam, do que os respectivos aprisionamentos se revelam como o único meio apto para manter-se a ordem pública, evitando-se a continuidade da exposição da coletividade aos efeitos nefastos da traficância pelos acautelados, principalmente mercê da ausência de informações das suas vidas pregressas e de evidências de que disponham de trabalho lícito.

E indiferente, sob a angulação jurídica, que os acautelados possam ser potencial e tecnicamente primários – fato ainda incógnito o que não lhes retira a personalidade distorcida quanto ao ideário de valores sociais mínimos, concluindo-se serem pessoas que, de ordinário, ressalvada futura prova contrária, desdenham a paz social:

"[...]

Posto isso:

a) com suporte no art. 306 do CPP, RATIFICO E MANTENHO

Superior Tribunal de Justiça

AS PRISÕES EM FLAGRANTE;

b) com suporte no inciso II do art. 310 do CPP, DECRETO AS PRISÕES PREVENTIVA 3 dos acautelados LUCAS DE LIMA GOULART. HENRIQUE ROSSI BALDONI SILVA CLAYTON DE JESUS SÃO BERNARDO e MARCELO GOULART DF UMA qualificados na comunicação, referentemente ao crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, devendo ser expedidos os respectivos mandados no primeiro dia útil, a se dar no juízo natural, fazendo-se constar que o prazo de projeção da prescrição da pretensão punitiva está previsto para 19/05/2039;

c) reafirmo que a presente decisão poderá ser revista pelo juízo natural quando da audiência de custódia prevista na Portaria nº 2482/2010; [...]"

Como se observa da decisão supratranscrita, o Magistrado de primeiro grau, referendado pela Corte de origem, decretou a prisão preventiva do Recorrente com base em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei nº 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja

Superior Tribunal de Justiça

legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Ressalte-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar **só pode ser implementada se devidamente fundamentada**, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do recurso, a soltura do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Requisitem-se as informações do Juízo de primeira instância e do Tribunal de origem, mormente sobre o andamento do feito, bem como a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

